

“Lugar social da mulher” e família como sinônimos: economia doméstica e extensão rural no Brasil

“Woman’s social place” and Family like synonymous: Home Economics and Rural Extension in Brazil

*José Carlos do Amaral Junior*¹
*Ana Elizabeth Santos Alves*²

RESUMO

Este artigo apresenta uma discussão acerca de como a implantação da Economia Doméstica no Brasil, por meio da Extensão Rural, mascarou ideologicamente sua naturalização do “lugar social da mulher” através da categoria família.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Doméstica. Extensão Rural. Família. Mulheres

ABSTRACT

This article presents a discussion about how the Home Economics implementation in Brazil, through Rural Extension, ideologically masked its naturalization of the “women’s social place” through the family category.

KEYWORDS: Home Economics. Rural Extension. Family. Women.

* * *

Introdução

Este artigo apresenta uma discussão acerca da abordagem histórica da categoria família pela Economia Doméstica, considerando sua incorporação na Extensão Rural, uma Política de Estado implementada no Brasil a partir da década de 1950. Pretende, portanto, demonstrar como a Economia Doméstica serviu ideologicamente a essa Política para naturalizar determinado “lugar social” feminino, sob o discurso genérico da categoria família.

¹ Profissional de Extensão Rural no Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná. Doutorando do Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Brasil. E-mail: jeamaral1987@gmail.com.

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Brasil. E-mail: ana_alves183@hotmail.com.

A Economia Doméstica é uma área de conhecimento/campo de formação que surgiu nos EUA a partir da segunda metade do século XIX, cujo marco inicial data de 1841 com a publicação do livro *A Treatise On Domestic Economy* da reformista social Catherine Beecher. O principal impulso para sua consolidação remete ao contexto pós-Revolução Industrial em que a celeridade da urbanização e industrialização acompanhada pelas expressivas mudanças sociais colocou novas demandas às antigas formas de organização da vida cotidiana, incluindo o mundo doméstico (A. OLIVEIRA, 2006). Portanto, a Economia Doméstica apareceu inicialmente como uma forma de sistematização e difusão de hábitos, costumes, normas e condutas sobre o ambiente doméstico e as atividades desenvolvidas nesse *lócus* da cotidianidade. Com a virada do século XIX para o século XX e todas as transformações sociais envolvidas nesse contexto de mudança de Eras, a Economia Doméstica passou por um processo de institucionalização, se tornando parte do sistema de educação formal, seja como disciplina, curso de extensão universitária ou curso superior (LOPES, 1995). Esse novo formato de Economia Doméstica, organizado sobre o nome de *Home Economics*, foi marcado pela forte institucionalização, pela efetivação via educação formal, pela incorporação dos preceitos eugenistas/higienistas e pelo anseio em formar multiplicadoras do que se pretendia consolidar como uma nova ciência, uma “ciência doméstica”. Apesar disso, pareceu romper muito pouco com sua forma embrionária de meados do século XIX, mantendo um núcleo comum mesmo com transformações expressivas do contexto social em que estava inserida e das formas instrumentais pelas quais se efetivou.

A partir do século XX, portanto, tendo se reconfigurado para ampla difusão via sistema de educação formal, ao passo de que também buscava legitimação social para se estabelecer enquanto campo disciplinar e científico “emulando” as ciências masculinas, a Economia Doméstica passou a se apresentar em torno de um discurso de “promoção de melhores condições de vida e hábitos cotidianos mais saudáveis às famílias”, reivindicando para si a

família enquanto seu objeto de estudo e intervenção (AMARAL JUNIOR, 2016).

Nos EUA, país em que teve origem com grande sucesso e aceitação, a Economia Doméstica se popularizou sobre uma realidade dupla: enquanto *Home Economics*, pautada em um discurso pseudocientífico eugenista/higienista inflamado pelo crescimento urbano e pela normatização dos espaços domésticos, marcas de uma Economia Doméstica urbana-industrial cujo principal expoente foi Ellen Richards, primeira mulher a estudar e se tornar professora no *Massachusetts Institute of Technology* (MIT); e de forma concomitante, difundida também nas universidades de características rurais, adentrando os *Land-Grant Colleges*, popularizados nos EUA desde 1862, quando promulgado o *Morril Act*, em que assumia características mais tradicionais alinhadas às “artes mecânicas”.

No Brasil, apesar de experiências serem relatadas já a partir de 1910, foi apenas na década de 1950 que um movimento mais expressivo se estabeleceu para difusão da Economia Doméstica. Esse processo, no entanto, se deu em um contexto bastante específico de implementação de uma Política de Estado cujas origens remetiam também aos EUA: a Extensão Rural.

Grosso modo, a Extensão Rural pode ser definida como uma Política de Estado para intervenção no meio rural, promovendo mudanças de hábitos, costumes, formas de produção e organização dos sujeitos, famílias e comunidades. Frequentemente a extensão rural é definida também como um processo de educação não formal, que se organiza no formato de uma política pública voltada ao campo (CAPORAL, 1991). No Brasil, a primeira experiência oficial em Extensão Rural data de 1948, no estado de Minas Gerais, resultado de uma parceria público-privada que demarca bem a aproximação de agências de cooperação americanas com as políticas estatais (P. OLIVEIRA, 2013). Para o primeiro modelo em que foi idealizada no contexto brasileiro, a Extensão Rural demandava uma equipe que promovesse mudanças de hábitos e costumes em geral na população do campo, para o qual a técnica em economia doméstica, ou economista doméstica, em parceria com

o técnico em agropecuária ou engenheiro agrônomo, passaram a ser os profissionais de primeira ordem (RODRIGUES, 1997).

Portanto, o primeiro curso superior de Economia Doméstica só seria implantado no Brasil em 1952, na Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), também em Minas Gerais, segundo a demanda da Extensão Rural em torno da necessidade latente de suprir a mão de obra das equipes extensionistas (PINHEIRO, 2016). A partir daí o percurso da Economia Doméstica enquanto área de formação superior e projeto de área científica possui contornos bastante específicos, dos quais para esse trabalho se destaca um em particular: a centralidade da categoria família.

Apesar de nacionalmente extinto desde o ano de 2016, o curso de Economia Doméstica deixou contribuições que ilustram essa centralidade até os dias atuais, como a organização do periódico científico Oikos - Família e Sociedade, e do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica (PPGED), nível mestrado e doutorado, cuja área de concentração é Economia Familiar, todos vinculados ao Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa. Por isso, parece importante situar historicamente como a categoria família se deslocou no bojo da Economia Doméstica, considerando, principalmente, que sua via central de efetivação por mais de duas décadas foi a Extensão Rural pública oficial, cuja família rural era o público alvo. Assim, compreender melhor as contingências históricas de formação dessa área de atuação e formação que historicamente, nos dizeres de Lopes (1995), constitui-se por e para mulheres.

Família, gênero, vocacionalismo e tradições

Sabe-se que a “noção de família” é uma construção social, em que o modelo nuclear amplamente difundido como a-histórico e universal está relacionado com o surgimento da sociedade de classes, da propriedade privada e do Estado (ENGELS, 2019). Certa divisão do trabalho e organização entre os membros sempre prevaleceu em um ou outro modelo de sociedade, mesmo

em outras formas de organização social da vida material (Op. cit.). Isso não quer dizer que o capitalismo tenha construído o modelo exclusivo de família pautado na divisão sexual do trabalho, mas que se aproveitou dessa divisão para reproduzir a conformação nuclear dicotômica em que as funções entre homens e mulheres - e sua correspondente hierarquia - são acentuadas e reforçadas em função de suas relações sociais (ENGELS, 2019; HARVEY, 2016).

Compreender o lugar da mulher na sociedade de classes pressupõe apreender também como a categoria analítica de gênero se relaciona com o conceito de classe social, entendendo o desenvolvimento histórico da divisão sexual do trabalho e das formas institucionais que dela decorrem (SAFIOTTI, 2013). Segundo essa autora, é preciso compreender esse “nó” que se estabelece entre classe, gênero e raça/etnia para se entender a complexidade do constructo social em torno do lugar da mulher na sociedade capitalista. Isso significa que a divisão sexual do trabalho pode existir em diversas conformações societárias - e aqui cita-se, por exemplo, aquela densa realidade descrita por Pierre Clastres (2019) sobre os índios Guayaki - o que torna necessário entender as peculiaridades de sua conformação nas sociedades contemporâneas, localizadas no tempo e na história. Para isso, a categoria “família”, essa abstração plasmada sobre uma relação contratual entre homem e mulher e a prole por eles gerada (ENGELS, 2019) só pode ser compreendida se reveladas as contingências históricas de sua construção.

Conforme demonstram Perrot (2016; 2017) e Hobsbawm (2016; 2018a; 2018b) a trajetória de “enclausuramento feminino” ao doméstico e ao familiar se intensifica no século XIX e XX, coincidindo com as formas tardias do capitalismo. Nesse contexto, surgiu também a Economia Doméstica - em partes como resultado desse mesmo movimento ideológico, em partes influenciando também sua reprodução, em uma estreita relação dialética.

A estratégia narrativa de identificar a Economia Doméstica enquanto uma ciência e profissão voltada à família não é nova, tampouco uma exclusividade do modelo brasileiro, e se manteve durante todo o curso de

existência e declínio da Economia Doméstica mundialmente. A *American Home Economics Association* (AHEA), fundada em 1909 em consonância com o surgimento da *Home Economics*, nos EUA, mudou seu nome em 1994 para *American Association of Family and Consumer Sciences* (AAFCS), ilustrando um movimento bastante recente desse recurso. O discurso geral de que a Economia Doméstica tem como objeto a família parece mais uma estratégia de construção coletiva de uma memória da categoria do que necessariamente encontrar correspondentes na realidade objetiva, conforme demonstrado em Amaral Junior (2017).

A maior parte dos estudos acadêmicos sobre a Economia Doméstica acabam concentrando seus esforços analíticos em torno da categoria gênero, demonstrando sua construção a partir de um lugar social da mulher baseado no vocacionalismo, na naturalização das “atividades consideradas femininas”, na reprodução de uma determinada divisão sexual do trabalho e na conexão do ambiente privado/doméstico com o comportamento desejável às mulheres (LOPES, 1995; LOURO; MÉYER, 1993). Aqui reside um interesse singular em compreender a Economia Doméstica por essa ótica na medida em que seu início é intensamente marcado pelo lugar “natural” das mulheres em determinada divisão sexual do trabalho (LOURO; MÉYER, 1993). Esses estudos, no entanto, perdem de vista a importância da extensão rural no projeto brasileiro e como, historicamente, essa construção de gênero pareceu ser “sombreada” pela abordagem genérica de família. Esses elementos, acredita-se, são fundamentais para explicar a considerável “sobrevida” que uma área de conhecimento e formação intensamente demarcada pela naturalização das habilidades femininas e do lugar social da mulher tiveram no Brasil – com a extinção muito recente dos cursos superiores ofertados em instituições públicas, que ocorreu, como já mencionado, no ano de 2016 (AMARAL JUNIOR, 2017).

A demarcação de um “lugar social da mulher” remete à gênese da Economia Doméstica nos EUA, em que os argumentos sobre o binômio mulher-doméstico apareciam de forma explícita. Em *A Treatise On Domestic*

Economy, Catherine Beecher (1841) fala explicitamente da manutenção de certa harmonia social por meio da aceitação das mulheres de suas vocações divinas, um compromisso descrito como alinhado aos “interesses da nação e do cristianismo”, aceitando sua posição hierarquicamente subordinada aos homens e executando com perfeição as atividades domésticas, cada vez mais complexificadas pelas descobertas do século XIX. Segundo a autora:

She has a husband, to whose peculiar tastes and habits she must accommodate herself; she has children, whose health she must guard, whose physical constitutions she must study and develops, whose temper and habits she must regulate, whose principles she must form, whose pursuits she must direct. She has constantly changing domestics, with all varieties of temper and habits, whom she must govern, instruct, and direct; she is required to regulate the finances of the domestic state, and constantly to adapt expenditures to the means and to the relative claims of each department. She has the direction of the kitchen, where ignorance, forgetfulness, and awkwardness, are to be so regulated, that the various operations shall each start at the right time, and all be in completeness at the same given hour. She has the claims of society to meet, calls to receive and return, and the duties of hospitality to sustain. She has the poor to relieve; benevolent societies to aid; the schools of her children to inquire and decide about; the care of the sick; the nursing of infancy; and the endless miscellany of odd items, constantly recurring in a large family³ (1841, p.157).

Essa perspectiva, de fato, se diluiu e tornou-se mais branda na Economia Doméstica institucionalizada no início do século XX, embora não tenha se extirpado. Oliveira e Neto (2015) demonstram como a implantação da Escola de “Ciências Domésticas” foi recebida no início do século XX com estranheza em Sergipe, mesmo com amplo apoio de figuras públicas locais e

³ Em tradução livre: “Ela tem um marido, a cujos gostos e hábitos peculiares ela deve se acomodar; ela tem filhos, cuja saúde ela deve guardar, cujas constituições físicas ela deve estudar e desenvolver, cujo temperamento e hábitos ela deve regular, cujos princípios ela deve formar, cujas buscas ela deve dirigir. Ela está constantemente mudando os “domésticos”, com todas as variedades de temperamento e hábitos, a quem ela deve governar, instruir e dirigir; ela é obrigada a regular as finanças domésticas e a adaptar constantemente os gastos aos meios e às reivindicações relativas de cada departamento. Ela tem a direção da cozinha, onde a ignorância, o esquecimento e o constrangimento devem ser regulados de tal forma que as várias operações começarão na hora certa e todas estarão completas na mesma hora determinada. Ela tem as reivindicações da sociedade para atender, chamadas para receber e retornar, e os deveres de hospitalidade para sustentar. Ela tem os pobres para aliviar; sociedades benevolentes para ajudar; as escolas de seus filhos para inquirir e decidir sobre; o cuidado do doente; a enfermagem da infância; e a infinita miscelânea de itens estranhos, constantemente recorrendo em uma grande família”.

referências estrangeiras, sendo pejorativamente chamada de “um ninho de cozinheiras”. Perspectiva que prevaleceu, conforme demonstra Lopes (1995), por todo o período de implantação do primeiro curso superior em Ciências Domésticas na ESAV, na década de 1950. A grade curricular, inflada com conteúdos técnicos e de base moralista-valorativa, foi um marco na transposição da *Home Economics* para o Brasil.

A apostila publicada para treinamento das primeiras técnicas em Economia Doméstica pela ESAV⁴ demonstra essa carga ideológica impressa na formação das estudantes:

Há certas cousas (sic) que todas as moças normais desejam possuir. Vamos discutir quais são elas:

Não é o desejo da moça possuir: um lar próprio? Um marido? Filhos? Boa Saúde? Um ambiente de lar agradável? Bastante dinheiro para poder viver confortavelmente? Ser atraente? Ser popular e ter amigos?

Como poderá adquirir estas cousas (sic)?

O estudo da economica (sic) doméstica poderá ajudá-la a ter melhores conhecimentos sobre estas cousas (sic) e a ajudará a consegui-las de uma maneira mais inteligente. Observe a relação entre a Economia Doméstica e estes aspectos importantes da vida. Um conhecimento e compreensão geral sobre alimentação, nutrição, vestuário, decoração de casa, cuidados com as crianças, relações familiares - ajudarão a moça a conseguir o que mais almeja na vida - ser uma *boa mãe* e uma *boa dona de casa* (ESAV, 1948-1952, s/p, grifos nossos).

Daí é possível aferir, de forma bastante contundente, de que a categoria família não foi - pelo menos no momento de seu surgimento nos EUA e sua implantação um século depois no Brasil - o objeto central a partir do qual se constitui a Economia Doméstica. Um conjunto bastante denso de trabalhos - como os de Foster (1954), Ferreira e Neto (2013), Oliveira (2006), Oliveira e Neto (2015), Lopes (1995), Simão (2016) e Pinheiro (2016) - possibilita perceber que a mulher/dona de casa sempre esteve no centro da intencionalidade da Economia Doméstica desde sua gênese, visto que sua missão sempre foi reproduzir determinado “lugar social da mulher” baseado na divisão do trabalho e no mito da “harmonia social”.

⁴ Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais, hoje Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Analisando obras importantes na formação histórica da Economia Doméstica, como aquelas publicadas por Catherine Beecher (1841), Miss Parloa (1887; 1894) e Ellen Richards (1905; 1912), se percebe que a categoria família apareceu praticamente a reboque de um conteúdo explicitamente pensado por e para mulheres, que se constituíam as “especialistas” em economia doméstica. Corroborando com esse princípio, Richards argumenta:

We need to educate house experts, home advisers, those who know how to examine a house not only while it is empty but while it is throbbing with the life of the family. This adviser must be, for many years at least, able to suggest practical methods of overcoming structural defects (more difficult than fresh construction), as well as of modifying personal prejudices. These house experts will, I think, be women of the broadest education, scientific and social. They will have not only a certain amount of medical knowledge, but also the tact and enthusiasm of the missionary which will bring them as friends and benefactors to the despairing mother and the discouraged householder⁵ (1905, s/p.).

A centralidade da categoria família, portanto, pareceu ter surgido apenas mais tarde na história da Economia Doméstica, acompanhada por um processo híbrido: em partes, pela tentativa de promover um mascaramento ideológico das origens da Economia Doméstica, quando esse vocacionalismo feminino e essa divisão sexual do trabalho começou a ser rejeitada por parte daquele que se constituía seu público alvo: as mulheres. Essa rejeição, importante destacar, é contemporânea da implementação do projeto brasileiro. Conforme demonstra Amaral Junior (2020), a Economia Doméstica foi importada para o Brasil já em plena decadência nos EUA pós-II Guerra, experimentando um decréscimo de popularidade em função da negação do doméstico como espaço feminino e das profissões explicitamente vocacionadas às mulheres; e em partes como uma estratégia de legitimação científica, que

⁵ Em tradução livre: “Precisamos educar especialistas em casa, consultores domésticos, aqueles que sabem examinar uma casa não apenas enquanto ela está vazia, mas enquanto está pulsando com a vida da família. Este consultor deve ser, pelo menos por muitos anos, capaz de sugerir métodos práticos de superação de defeitos estruturais (mais difíceis do que construções novas), bem como de modificar preconceitos pessoais.

Esses especialistas da casa serão, penso eu, mulheres da educação mais ampla, científica e social. Eles terão não apenas uma certa quantidade de conhecimento médico, mas também o tato e entusiasmo da missionária que os levará como amigos e benfeitores para a mãe desesperada e para o desanimado chefe de família”.

buscou afastar a proposta do estigma do doméstico e definir um objeto socialmente aceito, debates frequentemente travados no interior da Economia Doméstica tal como preconizada (DURAN, 1983). Esse esforço, acompanhado de uma negação endógena da Economia Doméstica em estudar suas origens históricas e sua gênese, coadunaram com a aparente construção de um “discurso oficial” ideologizado que resultou em uma espécie de memória coletiva da categoria profissional (AMARAL JUNIOR, 2017). Esse discurso oficial ideologizado se utilizou da categoria família para emular uma certa homogeneidade histórica, extirpando da narrativa “oficial” não só os elementos centrais em torno da Economia Doméstica em seus primórdios, mas também as modificações internas pelas quais passou - esvaziando, por sua vez, o significado vocacionado que a aproximação entre mulher e doméstico carregava para a área desde sua origem estadunidense.

Lopes (1995) destaca, por exemplo, que a Economia Doméstica surgiu com forte caráter de quebra das tradições, representando uma espécie de modernização conservadora e colonizadora que se guiava pelos padrões de vida doméstica estadunidense. Essa perspectiva é corroborada por Simão (2016) e Pinheiro (2016). No entanto, a conformação a qual se referem é especificamente aquela que surgiu após a virada do século XIX, já nos moldes da *Home Economics*, amplamente influenciada por um discurso técnico-científico e pela pseudociência eugenista. O que escapa às análises é que, para os formatos precursores da *Home Economics*, existiu uma Economia Doméstica baseada em uma manutenção de determinada ordem social, na reprodução das tradições e centrada no vocacionalismo. A Economia Doméstica do século XIX está, portanto, pautada em uma noção de família relativamente diferente daquela que se consolidou no século XX.

O ponto em comum entre ambas é que, de uma ou outra maneira, se destinavam especificamente às mulheres. Tanto que os termos recorrentes nas obras da época eram “donas-de-casa” e “governantas”, ou simplesmente “mulheres”. Mas a noção de família presente, por exemplo, na obra de Beecher (1841) e de Parloa (1887; 1894) é muito mais pautada em uma visão

harmoniosa, em que produção e reprodução ainda coexistiam no ambiente doméstico de forma praticamente imbricada, em que há predomínio dos valores e tradições, dos trabalhos manuais, da pequena produção caseira, da realidade prevalentemente agrária, da composição extensa das famílias e do doméstico inter geracional. Já aquela presente nas obras de Richards (1905; 1912) se baseia muito mais na visão de sociedade em colapso, no contexto urbano-industrial, na produção extirpada do ambiente doméstico, na adoção da ciência no cotidiano, da higienização dos lares, na composição familiar reduzida e no rompimento com as trocas inter geracionais tensionadas pelo desenvolvimento das forças produtivas capitalistas.

As mudanças nas abordagens, vale ressaltar, representam os contextos sociais e históricos em que as autoras viveram e construíram suas obras: Beecher e Parloa conheceram os EUA de predominância agrária, com conflitos acerca da escravidão e da disponibilidade de mão de obra, em uma sociedade de baixa industrialização e urbanização. Além disso, se formaram em áreas tradicionais, ambas destacando-se enquanto educadoras e reformistas sociais. Richards, por sua vez, vivenciou uma época de intensa urbanização e industrialização, viveu em um grande centro urbano (Nova Iorque) e se formou em uma escola marcada pelo caráter técnico-científico e masculinizado em que buscou legitimar-se, o MIT⁶.

Além disso, determinam um recorte de classe a partir das mulheres que se destinavam. Segundo Perrot (2019), pelo menos três figuras femininas devem ser consideradas para se entender uma proposta de “história das mulheres”: “a dona de casa de origem humilde, a dona de casa burguesa e a criada” (p.115). Se a proposta de Beecher parece se destinar mais às donas de casa de origem humilde e às criadas, aquela construída por Ellen Richards tem marcadamente uma inclinação à dona de casa burguesa. O projeto de

⁶ Richards foi a primeira mulher a ser aceita e a tornar-se parte do quadro docente do MIT, um marco na história das mulheres naquele país. No entanto, como demonstra Lopes (1995), sua aceitação entre os pares esteve longe de ser harmônica e livre de preconceitos.

Economia Doméstica brasileiro, no entanto, englobaria elementos de ambas abordagens, tendo a marca do hibridismo.

Feitas as devidas considerações, é importante pontuar que a forma vaga e ao mesmo tempo pouco aprofundada com que a Economia Doméstica buscou tratar a categoria família enquanto seu objeto prevaleceu até seus anos finais de existência enquanto curso superior no Brasil. Uma pesquisa feita com estudantes e egressos do curso no ano de 2014 revelou que ainda existia forte consenso em torno da justificativa de uma formação voltada à “promoção de qualidade de vida das famílias” e que muitos dos sujeitos ainda diziam ser esse o diferencial da Economia Doméstica no contexto do século XXI (AMARAL JUNIOR, 2016). Como já abordado, essa centralidade parece ser muito mais um artifício ideológico do que real.

Extensão Rural e família

Além das diferenças pontuadas entre a perspectiva de família - e consequentemente do papel social da mulher dentro do núcleo familiar, verdadeira orientação da Economia Doméstica - é preciso considerar que a Economia Doméstica implantada no Brasil não correspondeu a um modelo “puro” de nenhum dos dois existentes nos EUA, mas a um híbrido entre eles (a *Domestic Economy* de meados do século XIX e a *Home Economics* do início do século XX).

Outra característica à parte dessa importação para o Brasil foi a simbiose com a Extensão Rural, tendo sido a Economia Doméstica amplamente difundida na esteira da efetivação de uma Política de Estado. Rodrigues (1997) demonstra que a Extensão Rural se caracterizou historicamente como uma política pública para, ora reproduzir os interesses do capital, ora legitimar socialmente o próprio Estado, efetivando-se por distintos modelos. Segundo o autor, três modelos podem ser considerados centrais para se compreender essa Política no Brasil: o humanismo assistencialista, o difusionismo produtivista e o humanismo crítico.

Analisando a incursão histórica da Economia Doméstica na Extensão Rural pública oficial elaborada por Pinheiro (2016), é possível perceber que a formação teve amplo espaço e absorção pela Política de Estado em seu primeiro modelo, por se alinhar com a perspectiva humanista assistencialista que predominou nas duas primeiras décadas - 1950 e 1960 – das práticas extensionistas.

O humanismo assistencialista foi um modelo de intervenção a partir do qual a Extensão Rural buscava difundir hábitos e costumes considerados “mais adequados”, objetivando uma mudança holística das formas de vida da população do campo (RODRIGUES, 1997). Esse modelo se alinhava tanto a um discurso de baixo desenvolvimento brasileiro oriundo do atraso econômico e cultural da população majoritariamente agrária, quanto aos interesses estadunidenses de aproximação política com os países periféricos para controle do avanço comunista e difusão do *American Way of Life* como estilo de vida “adequado” (PINHEIRO, 2016). Por isso a prática extensionista se organizou em equipes paritárias, em que os agrônomos ou técnicos agrícolas promoviam as mudanças almejadas na esfera da produção (com os homens) e as técnicas em economia doméstica ou economistas domésticas promoviam tais mudanças na esfera doméstica (com as mulheres).

A família rural era a categoria central de intervenção da Extensão Rural. Conforme descreve Filho:

os serviços de extensão rural do Brasil são instituições de caráter educacional, destinados às *famílias rurais*, visando conseguir mudanças de ordem técnica, econômica e social, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do setor primário de produção (2010, p.25, grifos nossos).

Como já abordado, longe de ser ocasional, essa orientação de base “familiar” estava fundada em um discurso amplamente difundido de atraso do campo brasileiro em consonância com a intencionalidade de uma intervenção no campo dos valores e hábitos, abrangendo “produtivo e reprodutivo”:

A extensão passou a ser organizada nos países latino-americanos não apenas como uma extensão de conhecimentos cientificamente válidos e

aplicáveis à agricultura e pecuária, mas também como um projeto comunitário-educativo centrado na ambição de se converter num instrumento de solução para os problemas sociais rurais (FONSECA, 1985, p.48).

O que se percebe é que a Economia Doméstica inserida na prática extensionista se confrontava ainda com a problemática de abordar a categoria família do ponto de vista específico da família rural: uma leitura dicotômica da unidade familiar materializada no contraste entre produção/não produção e, conseqüentemente, entre público/privado e produtivo-homem/doméstico-mulher. Por isso, parece relativamente coerente afirmar que o modelo brasileiro de Economia Doméstica tenha mantido elementos tanto das influências estadunidenses do século XIX, quanto daquelas que se tornaram prevalentes no século XX, mesclando-os. Era necessário manter os elementos de coesão e legitimação da Economia Doméstica enquanto projeto científico e profissional - exclusividade da *Home Economics* - mas ao mesmo tempo se fazia urgente resgatar elementos para uma intervenção rural de caráter mais tradicional - baseada ainda na família extensa, no imbricamento produção/doméstico e na manutenção das tradições que garantissem a reprodução do vocacionalismo das atividades femininas e de seu “lugar natural”.

Mas, apesar do modelo específico implementado no Brasil, a constância de orientação da Economia Doméstica exclusivamente às mulheres prevaleceu, sobretudo porque a própria divisão interna das equipes de Extensão Rural estava baseada em uma reprodução de determinada divisão sexual do trabalho.

Conforme demonstram Hirata e Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho está ancorada na separação (o que é de homem e o que é de mulher) e na hierarquização (o que tem mais valor do que tem menos valor), se constituindo, assim, a base de uma divisão social do trabalho pautada na diferenciação entre os sexos. Na perspectiva pela qual a Extensão Rural se consolidou, esses pressupostos estavam não só explícitos, como reproduzidos na lógica familiar repassada pelos próprios extensionistas.

Essa perspectiva iria se alterar dentro da Extensão Rural a partir de sua mudança de modelo, que ocorreu na década de 1960. Com o advento da Revolução Verde, com o Golpe Militar de 1964 e o enfraquecimento do discurso de atraso econômico ligado aos traços culturais do campo, a Extensão Rural passou a se orientar exclusivamente ao aumento da produção por meio da difusão de pacotes tecnológicos e insumos (PEIXOTO, 2008). A partir daí, assumiu um modelo chamado de difusionismo produtivista, segundo o qual a presença da Economia Doméstica tornou-se desnecessária⁷, visto que uma perspectiva de intervenção no ambiente doméstico especificamente com as mulheres foi aos poucos abandonada pela prática extensionista. Em consequência, esse modelo de política pública com contornos exclusivamente produtivistas e econômicos pareceu abandonar a categoria família como central, destinando-se exclusivamente aos sistemas produtivos - e levando a categoria “família” para o lugar de apenas uma variável no processo produtivo, que seja, o fornecimento da força de trabalho⁸.

Esse modelo, no entanto, não tardaria a se esgotar e receber críticas contundentes. Uma delas, elaborada por Paulo Freire (2018), demonstra como esse formato de extensão estava marcado pela intervenção diretiva, descontextualizada, culturalmente agressiva e que percebia os agricultores como objetos. Uma mudança expressiva no modelo extensionista, no entanto, só viria a ocorrer bem mais tarde.

Com a exaustão do modelo difusionista produtivista, sobretudo perante a crise econômica dos anos 1980 e com a reabertura democrática do país, aprovação da Constituição Federal em 1988 e emergência do neoliberalismo na década de 1990, a Extensão Rural se viu esgotada enquanto Política de Estado, sobretudo pela escassez de recursos, pelas fragilidades em sua concepção e pela ausência de clareza em seu processo interventivo (PEIXOTO,

⁷ Conforme argumenta Pinheiro (2016).

⁸ O que está designado como o conceito de “família reificada” na extensão rural (AMARAL JUNIOR, 2020).

2008). Acompanhado a isso, a (re)emergência dos movimentos sociais do campo deu centralidade à categoria agricultura familiar, que passou a reorientar os trabalhos de Extensão Rural rumo a um novo modelo.

Portanto, a categoria família retornou ao centro das ações de extensão rural a partir dos anos 1990, sob o formato da agricultura familiar. Essa categoria, conforme demonstra Veiga (2013), também é importada de experiências estadunidenses que, longe de romper com os elementos reprodutores do capitalismo, se adequam organicamente ao metabolismo do capital. A Economia Doméstica, por sua vez, em lento declínio no Brasil desde a década de 1970 - em partes também por ter sido fortemente desvinculada da Política de Estado que a impulsionou décadas antes - nunca tornou a figurar o lugar de importância que teve no passado na Extensão Rural brasileira.

Apesar do distanciamento, Economia Doméstica e Extensão rural parecem ter compartilhado, nas últimas décadas, uma perspectiva de compreensão da categoria família como análoga à pequena empresa, buscando normatizar o espaço doméstico segundo leis e formas de organização da produção. Essa perspectiva está demonstrada para a Economia Doméstica em Leite et al. (1980) e Nelson (1969), e para a Extensão Rural em Fonseca (1985), Pinheiro (2016) e Rodrigues (1997). Aqui, ao que tudo indica, opera-se uma transição das perspectivas econômicas para aquelas ligadas à gestão (PEREIRA, 1979). A sociedade da “administração” passou a esvaziar as condições de produção e circulação de mercadorias, se pautando na especialização da “gestão” dos processos em detrimento de uma abordagem segundo a economia política (Op. cit.). Ao que tudo indica, a categoria família foi amplamente absorvida tanto pela Economia Doméstica quanto pela extensão rural nesses moldes, intensificando o processo de racionalização do doméstico - mas ao que tudo indica, rompendo muito pouco com a visão dicotômica baseada no gênero que ambas carregam desde a década de 1950.

Considerações finais

A Economia Doméstica foi amplamente implantada e difundida no Brasil sobre influência dos EUA, em um modelo simbiótico com a Extensão Rural, uma Política de Estado fortemente intervencionista. Desde sua gênese estadunidense, carregou a reprodução de determinada divisão sexual do trabalho, do vocacionalismo das atividades femininas e da naturalização do doméstico enquanto *locus* da mulher.

Além disso, o formato difundido no Brasil parece ter historicamente reivindicado para si a centralidade da categoria família. Mesmo não sendo essa uma exclusividade do modelo brasileiro, pareceu ganhar mais força no Brasil na medida em que se vinculou à Extensão rural e buscou se distanciar da gênese da Economia Doméstica dos EUA em meados do século XIX, negando sua orientação exclusivamente feminina que marca seus primórdios. Consequentemente, como foi demonstrado, a categoria família aparece mais como um recurso narrativo para mascaramento ideológico das raízes e objetivos da Economia Doméstica, do que realmente seu objeto de estudo e análise. Pode-se perceber que objeto da Economia Doméstica sempre foi, em quase dois séculos de existência em diversos países e formatos, a mulher no ambiente doméstico, tratada historicamente pelos mais diversos eufemismos, como “governanta” e “administradora do lar”. Dessa forma, por mais que a perspectiva histórica de família apresente variações conforme um ou outro modelo de Economia Doméstica prevalente na Extensão Rural, seu objeto permaneceu constante e praticamente inalterado até o ano de 2016, em que foram extintos os cursos superiores da área no Brasil.

A extensão rural, por sua vez, se aproveitou historicamente dessa proximidade na medida em que a proposta de Economia Doméstica se alinhou - por intermédio da categoria família - com seus distintos modelos. Assim, é possível perceber uma categoria fortemente marcada na divisão sexual do trabalho no modelo humanista assistencialista (1950-1960), uma categoria de família esvaziada no modelo difusionismo produtivista (1960-1980) e uma categoria de família difusa erigida em torno da agricultura familiar, nas

últimas décadas. Como a categoria família foi historicamente incorporada na extensão rural, por sua vez, é objeto para outro debate. Isso porque compreendemos que há diferenças relevantes em relação à Economia Doméstica. Essa última, ao que parece, se manteve relativamente inalterada em mais de seis décadas no país, compreendendo o doméstico enquanto espaço feminino, “vocacionado” e “naturalizado”, escondendo tal orientação sobre o discurso genérico da “qualidade de vida na família”. Significa dizer que, mesmo se observando deslocamentos aparentes, para a Economia Doméstica, família e “mulher como responsável pelo doméstico” eram, de certa maneira, sinônimos. Na extensão rural, ao que parece, essa constância se fez menos presente, embora não estivesse ausente da noção extensionista de “funções” familiares femininas ao abordar as famílias rurais.

O trabalho pode demonstrar ainda que usualmente a família é incorporada, enquanto categoria central, apenas como recurso ideológico nas políticas públicas, mascarando as verdadeiras linhas de intervenção que, alinhadas aos interesses da classe dominante, têm objetivos reprodutivos bastante definidos em prol da lógica capitalista. Além disso, o termo “família” pode muitas vezes mascarar uma percepção de divisão sexual do trabalho ainda fortemente baseada na mulher como “naturalmente” destinada aos cuidados, ao doméstico e à manutenção reprodutiva da unidade doméstica. Remete à problemática para a qual estão caminhando diversas políticas públicas e áreas do conhecimento em que uma noção classista, sexista e patriarcal de mulher se disfarça sob o manto do familismo.

Referências

AMARAL JUNIOR, José Carlos do. *Economia Doméstica: adaptação, transformação ou extinção?* 2 ed. São Paulo: PerSe, 2016.

AMARAL JUNIOR, José Carlos do. Novas questões sobre o curso superior de Economia Doméstica no Brasil: história, memória e extinção. *Revista Espaço Acadêmico*, V.17, n.194, 2017.

AMARAL JUNIOR, José Carlos do. *A Pedagogia do Doméstico: uma memória apreendida da síntese dialética entre Economia Doméstica e Extensão Rural*. Em processo de publicação, 2020.

BEECHER, Catharine. *A treatise on Domestic Economy - for the use of young ladies at home and school*. New York: Harpers & Brothers, 1841.

CAPORAL, Francisco Roberto. *A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 1991.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Ubu, 2019.

DURAN, Maria Ángeles. *A Dona-de-casa: crítica política da Economia Doméstica*. Madrid: Edições Graal, 1983.

ENGELS, Friederich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Boitempo, 2019.

ESAV. ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA E VETERINÁRIA DE MINAS GERAIS. *Apostila curso de extensão rural, crédito rural supervisionado e economia doméstica*. Viçosa: Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, 1948-1952.

FERREIRA, Nilce Vieira Campos; NETO, Wenceslau Gonçalves. Organização inicial do ensino profissional feminino em Uberaba/MG: Economia Rural Doméstica (1953-1962). *Revista HISTEDBR*, n. 51, 2013.

FERREIRA, Nilce Vieira Campos. Magistério em Economia Rural Doméstica em Minas Gerais: Uberaba (1953-1962). *Suplemento EXedra*, 2013.

FONSECA, Maria Teresa Lousa. *A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Loyola, 1985.

FOSTER, Mary Louise. *Economia Doméstica no ensino secundário*. Viçosa: Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, 1954.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595–609, 2007.

HOBBSAWN, Eric. *A era das revoluções (1789-1848)*. 37. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

HOBBSAWN, Eric. *A era do capital (1848-1875)*. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018a.

HOBBSAWN, Eric. *A era dos impérios (1875-1914)*. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018b.

LEITE, Denise Balarine Cavalheiro; COSTA, Eleonora Moreira Ferreira.; MINIONI, Élide; et al. *Educação para o lar*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1980.

LOPES, Maria de Fátima. *O Sorriso da Paineira: construção de gênero em uma Universidade Rural*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

LOURO, Guacira Lopes; MEYER, Dagmar Estermann. A escolarização do doméstico: a construção de uma escola técnica feminina (1946-1970). *Cadernos de Pesquisa*, n. 87, 1993.

NELSON, Linda. *Administre su hogar*. Turrialba, Costa Rica: IICA, 1969.

OLIVEIRA, Ana Carla Menezes. Economia Doméstica: origem, desenvolvimento e campo de atuação profissional. *Vértices*, v. 8, n. 1, 2006.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti; NETO, Cosme Ferreira Marques. “Um ninho de cozinheiras?": Henrique Castriciano de Souza e a “modernidade pedagógica” da escola doméstica de Natal. *Revista Humanidades*, v. 30, n. 2, p. 304–332, 2015.

OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias. *Extensão rural e interesses patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural - ABCAR (1948-1974)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2013.

PARLOA, Maria. *An ideal kitchen - A guide for all who would be good housekeepers*. 20. ed. Boston, Massachusetts: Estes and Lauriat, 1887.

PARLOA, Maria. *Young housekeeper - Designed especially to aid beginners*. Boston, Massachusetts: Estes and Lauriat, 1894.

PEIXOTO, Marcus. *Extensão rural no Brasil - uma abordagem histórica da legislação*. Textos para Discussão - Senado Federal, 2008.

PEREIRA, L. C. B. Economia e administração: mercado e poder. *Revista Administração de Empresas*, v. 19, n. 4, p. 39–43, 1979.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

_____. *Os excluídos da história - operários, mulheres e prisioneiros*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PINHEIRO, Camila Fernandes. *Estado, extensão rural e economia doméstica no Brasil (1948-1974)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2016.

RIBEIRO, Maria das Graças Alves. A constituição das ciências humanas numa universidade rural. *ALEPH*, ano IV, n.14, p.52-60, dezembro de 2010.

RICHARDS, Ellen. *Euthenics - the science of controllabel enviroment. A plea forbetter living conditions as a first step toward higher human efficiency*. 2. ed. Boston, Massachusetts: Witcomb & Barrows, 1912.

RICHARDS, Ellen. *The cost of shelter*. [s.l.]: MIT - Massachusetts Institute Of Technology, 1905.

RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. *Cadernos de Ciências e Tecnologia*, v. 14, n. 1, 1997.

SAFFIOTI, Helen. *A mulher na sociedade de classes - mito e realidade*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SIMÃO, Fábio Luís Rigueira. *Ser mulher, “uma missão”*: Escola Superior de Ciências Domésticas, domesticidade, discurso e representações de gênero (1948-1992). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2016.

UNITED STATES GOVERNEMENT. *Act of July 2, (Morrill Act), Public Law 37-108, which established land grant colleges, 07/02/1862; Enrolled Acts and Resolutions of Congress, 1789-1996*. 1862.

VEIGA, José Eli. Fundamentos do agrorreformismo. In: STEDILLE, J. P. (org.). *A Questão Agrária no Brasil - o debate da década de 1990*. V.6, São Paulo: Expressão Popular, 2013. p.81-110.

Recebido em jan. 2020
Aprovado em jul. 2020.